

# Licenciamento Ambiental: empecilho ou facilitador?

**Tema:** ESG - Environmental, Social and Governance

**Autores:** Ana Carolina dos Passos

**Co-Autores:** Mônica Patrícia Leite; Thays Varella; Giulliano Gilioli Bindo; Eduardo Kehl

**Empresa:** RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

---

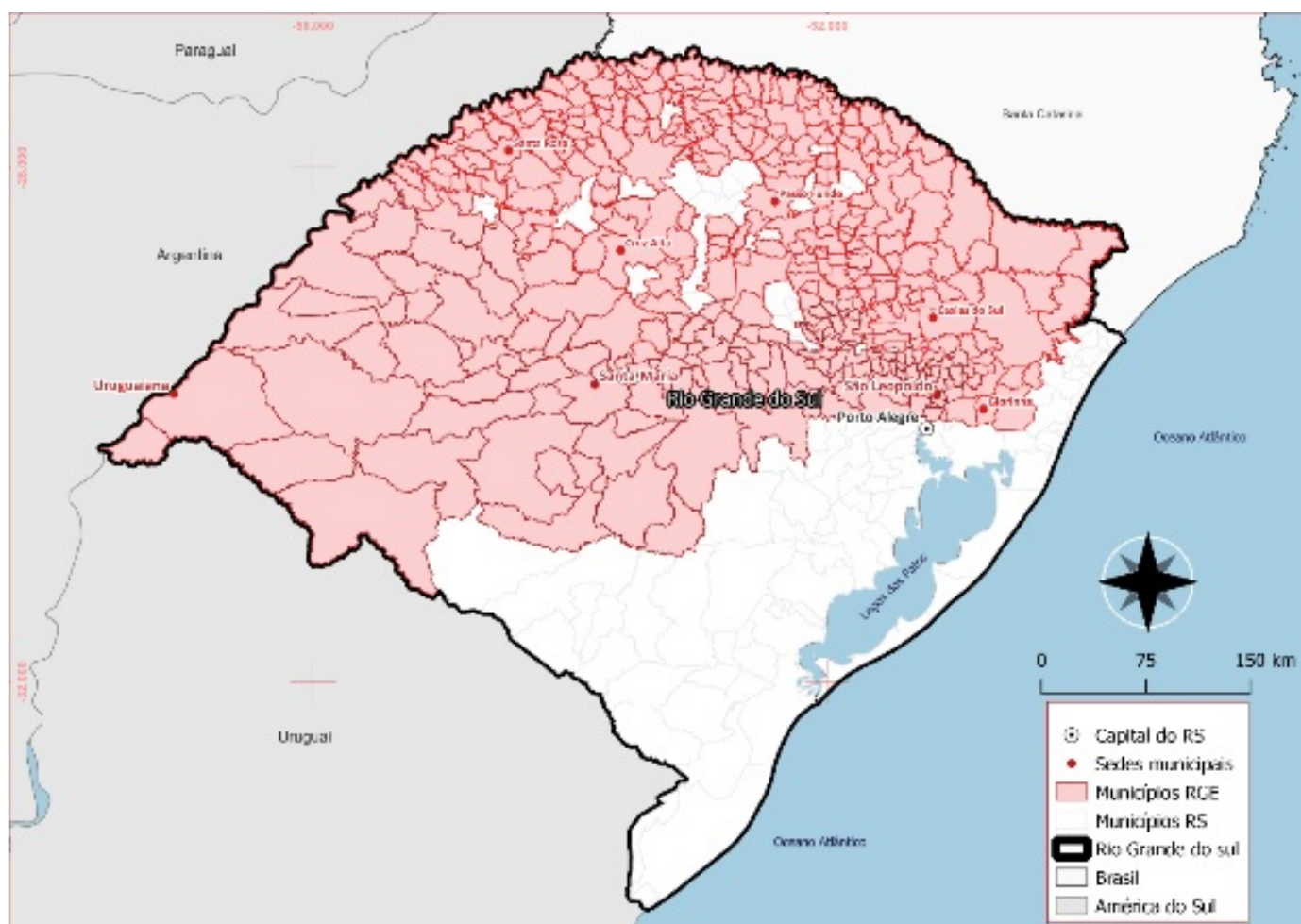
## Resumo

A Rio Grande Energia (RGE) é uma empresa de distribuição de energia elétrica, que atua no Rio Grande do Sul (RS), pertencente ao grupo CPFL. Para melhor atender seus clientes, a RGE investe em manutenção, melhorias, aprimoramento e eficiência das redes e subestações. Nesse contexto de melhoria contínua do sistema elétrico que se dá o licenciamento ambiental. O trabalho visa verificar se o licenciamento é um empecilho ou um facilitador multidisciplinar. Foram avaliadas as diferenças entre o licenciamento ambiental federal e estadual no RS, as etapas internas do licenciamento ambiental, a comunicação entre stakeholders internos e com alguns stakeholders externos e as melhorias contínuas no processo. Há um impacto do processo de licenciamento ambiental na implantação de empreendimentos, principalmente quanto à comunicação intersetorial e aos prazos de emissão de licenças. Por outro lado, conclui-se que o setor de meio ambiente é um facilitador quando se considera o processo como um todo, pois aponta áreas com maior viabilidade técnica e ambiental para a implantação de empreendimentos, antecipa a solicitação de documentos e licenças ambientais, verifica desvios e não conformidades, acompanhando de perto o andamento das obras, além de ser propositivo quanto a melhorias na legislação e simplificação dos processos ambientais.

## 1. Introdução

A Rio Grande Energia (RGE) é uma empresa de distribuição de energia elétrica, que atua no Rio Grande do Sul (RS), pertencente ao grupo CPFL, maior distribuidora do Brasil, atendendo 10,2 milhões de clientes, estando entre os maiores investidores brasileiros e um dos líderes em geração de energia renovável. O grupo CPFL, por sua vez, faz parte da maior empresa de energia do mundo, a State Grid, que possui 1,6 milhões de colaboradores, atendendo 1,1 bilhão de pessoas, nos países onde atua (RGE, 2025).

O RS possui 497 municípios, dos quais, 381 (Figura 1) são atendidos com a energia elétrica fornecida pela RGE. São aproximadamente 154.000 km de redes de distribuição de energia (até 38kV), 4.425 km de redes de subtransmissão (entre 38kV e 138kV) e quase 200 subestações de energia. Dessa forma, contempla uma área de 189.000 km², atendendo mais de 7,4 milhões de gaúchos, sendo responsável por cerca de 65% da energia produzida no estado (RGE, 2025).



*Figura 1 - Mapa de localização dos municípios atendidos pela RGE*

Para melhor atender seus clientes, a RGE investe em manutenção, melhorias, aprimoramento e eficiência das redes e subestações, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do estado. Para isso, é preciso adequar, ampliar e modernizar o sistema com os mais eficientes recursos e equipamentos disponíveis no mercado, visando o fornecimento de energia, com o menor número possível de interrupções. Esse cuidado e investimento visa fornecer energia com qualidade a serviços essenciais como hospitais, supermercados e escolas. Também é o “combustível” para funcionamento da indústria, comércio e a operação de empresas, por isso, a rede precisa passar por constantes melhorias, visando o atendimento com eficiência. Assim é notória a necessidade de aperfeiçoamento do sistema elétrico, que se dá em ciclos de 5 anos, denominados Base de Remuneração Regulatória (BRR), embasado nos avanços e modernidades tecnológicas, com regras mais claras e operacionais, contemplando as necessidades de agentes do Setor e do Órgão Regulador (ANEEL, 2015).

Nesse contexto de necessidade de manutenção e melhoria contínua do sistema elétrico que se dá o licenciamento ambiental. A RGE e o grupo CPFL possuem compromissos com o meio ambiente e sustentabilidade (ESG), tendo suas atividades regradas pela legislação ambiental vigente, licenças ambientais e certificações internas, como a certificação ISO 14001, que baliza o sistema de Gestão Ambiental do grupo CPFL.

Contudo, ao longo desses processos, muitos são os desafios enfrentados para que se possa compatibilizar prazos e interesses entre o licenciamento ambiental e a execução das obras, bem como, a operação de empreendimentos que estão passando por ampliação ou são novos.

Segundo Fogliatti (2004), a preocupação do Brasil como meio ambiente se inicia nos anos 1980, após 20 anos de iniciativas em âmbito internacional, através de eventos como o Clube de Roma e a Conferência de Estocolmo (1972), bem como outros eventos que se sucederam. Esses eventos foram marcos que subsidiaram a obrigatoriedade dos estudos ambientais por parte dos órgãos financiadores internacionais para viabilizar obras de infraestrutura.

O processo de licenciamento ambiental no Brasil se dá através da Lei Federal 6.938/81 e regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90 (IBAMA, 2013). Esta Lei dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente e institui a Política de Meio Ambiente (PNMA), o sistema e o conselho nacionais de meio ambiente, constituindo o licenciamento ambiental de empreendimentos com potencial poluidor. Assim institui o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), composto pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), e o Instituto Nacional de Meio Ambiente (IBAMA), órgão executor e órgãos seccionais e locais (estaduais e municipais, principalmente) (IBAMA, 2013).

O processo de licenciamento ambiental prevê a elaboração de estudos ambientais e mitigação de impactos a serem aprovados pelos órgãos licenciadores (federais, estaduais ou municipais), os quais impõem condicionantes ao emitirem as licenças com base nos estudos previamente aprovados. Essas condicionantes são embasadas nas Resoluções CONAMA nº 001/86, 11/86, 06/87, 09/90 e nº 237/97, que completam e regulamentam os procedimentos dispostos na Lei 6.938/81.

A Resolução CONAMA nº 237/97 baliza as atividades sujeitas à licenciamento ambiental, em âmbito federal. Seu anexo I dispõe sobre as Atividades ou Empreendimentos Sujeitos ao Licenciamento Ambiental e contempla a necessidade de licenciamento em obras de transmissão de energia elétrica. As obras ligadas à transmissão de energia elétrica são licenciadas pelo órgão federal, no caso de interceptarem mais de um estado da federação (ou de interceptarem Unidades de Conservação Federais ou algumas áreas legalmente protegidas), pelo órgão estadual (salvo exceções), quando inseridas exclusivamente dentro do território estadual, como é o caso dos empreendimentos da RGE, e em casos específicos, pelas prefeituras municipais.

Basicamente a Res. CONAMA nº 237/97, além de conceituar os termos relacionados ao licenciamento ambiental, apresenta o regramento para emissão das licenças ambientais, nas diferentes fases do licenciamento, que essencialmente contemplam a emissão da Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), que são emitidas pelo órgão Ambiental Federal, o IBAMA, mediante a apresentação do projeto e respectivo estudo ambiental solicitado, conforme regramento estabelecido pelo Termo de Referência (TR), emitido pelo próprio IBAMA.

No que tange ao setor elétrico, destaca-se a Resolução CONAMA nº 006 de setembro de 1987, que estabelece regras gerais para Licenciamento Ambiental de Obras de Grande Porte, notadamente de instalações de geração de energia elétrica. Outra resolução importante nesse contexto é a Resolução CONAMA 279, de junho de 2021, que estabelece regramentos para o licenciamento ambiental simplificado no setor elétrico, de empreendimentos com impactos ambientais de pequeno porte.

O presente estudo tem como objetivo avaliar as diferentes etapas de licenciamento ambiental estadual no RS e suas respectivas interfaces com outros setores da empresa, como o fundiário e a engenharia, levantando pontos relevantes do impacto desse processo na implantação de empreendimentos de energia da RGE. O trabalho visa verificar se o licenciamento ambiental é um empecilho na implantação de um empreendimento do setor ou se é um facilitador multidisciplinar dentro do processo como um todo.

## **2. Desenvolvimento**

## 2.1. *Etapas Oficiais do Licenciamento Ambiental no RS*

No RS, o órgão estadual responsável pelo licenciamento ambiental é a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (Fepam), instituída pela Lei 9.077 de junho de 1990, que é vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA). A instituição atua como órgão técnico do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISPRA), fiscalizando, licenciando e desenvolvendo programas e projetos, buscando a preservação e proteção ambiental (FEPAM, 2023).

O Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) emite os regramentos para os licenciamentos ambientais dos empreendimentos e a Fepam licencia e fiscaliza o processo, para os empreendimentos que se desenvolvem exclusivamente em território gaúcho, como é o caso dos empreendimentos da RGE. Na Fepam, o setor responsável pelo licenciamento ambiental dos empreendimentos da RGE é a Divisão de Energia (DIGEN), que possui quadro técnico qualificado para atuar no licenciamento de empreendimentos com fins de geração, transmissão e distribuição de energia.

Entre os empreendimentos da RGE, são objeto de licenciamento as subestações e linhas de subtransmissão (com tensão entre 38kv e 138kv), das quais a rede da RGE totaliza aproximadamente 4.400 km de extensão e quase 200 subestações. Os regramentos para licenciamentos desse sistema são dados pela Lei Nº 15.434, de 9 de janeiro de 2020 (Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul), pela Resolução CONSEMA 372, que estabelece se o empreendimento é licenciável, e qual o âmbito de licenciamento, se estadual ou municipal, e pela Portaria FEPAM nº 449 de 17/07/2024, que estabelece diretrizes, definições, critérios e procedimentos administrativos para procedimentos de licenciamento ambiental das atividades de Sistema de Transmissão, Linhas de Transmissão com tensão superior a 38kV e Subestação de Energia, no Estado do RS. Também deve-se considerar a Portaria FEPAM no 301 de 24/03/2023, que dispõe sobre obras com dispensa de licenciamento, e a Portaria FEPAM no 206 de 20/06/2024, que disciplina os procedimentos e critérios gerais para aplicação da Licença Prévia e de Instalação Unificadas (LPI), antes prevista somente para subestações novas e a partir desta publicação, ampliada para novas linhas de distribuição com extensão até 10 km.

Cabe também mencionar as portarias emitidas durante o cenário das enchentes ocorrido em maio de 2024, no Rio Grande do Sul, para os municípios afetados: Portaria FEPAM no 427/2024 de 23/05/2024, que dispõe sobre a dispensa do licenciamento ambiental para reconstrução de linhas de transmissão de energia e subestações de energia elétrica; Portaria FEPAM no 411/2024 de 07/05/2024, que dispensa extraordinariamente o licenciamento estadual da reconstrução das infraestruturas dos empreendimentos afetados pelas inundações, e Portaria FEPAM no 410/2024 de 07/05/2024, que prorroga temporariamente o período de vencimento das licenças de operação para fins de renovação automática e suspensão de prazos processuais relativos aos empreendimentos localizados em municípios atingidos.

Considerando as semelhanças entre o licenciamento ambiental federal e estadual, devem ser consideradas três fases de atos administrativos: LP, LI e LO. Na fase de LP são realizados estudos ambientais mais aprofundados para atestar a viabilidade ambiental do empreendimento, quanto a sua localização e concepção, considerando o zoneamento municipal. Nessa fase já são estabelecidos requisitos básicos e condicionantes que devem ser consideradas na próxima fase de instalação, com exigência de maior detalhamento. Na fase de LI é autorizada a instalação do empreendimento, considerando as especificidades dos planos, programas e projetos aprovados, além de medidas de controle ambiental e condicionantes específicas para a execução da obra. Qualquer alteração realizada nessa etapa deve ser formalmente enviada ao órgão ambiental para avaliação. Na LO é autorizada a operação do empreendimento, com as devidas medidas de controle ambiental e condicionantes para a operação (IBAMA, 2025).



Considerando o licenciamento ambiental estadual no RS, conforme a Portaria FEPAM no 449, o licenciamento de novas Linhas de Distribuição (LD), com extensão acima de 10 km, deverá seguir as três fases: LP, LI e LO. Está previsto um Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), para empreendimentos de tensão inferior a 230 kV, em que a faixa de servidão implicar nos seguintes casos: reassentamento humano que implique na inviabilização da comunidade ou sua completa remoção; supressão de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração, conforme a Lei da Mata Atlântica; extensão superior a 200 km e que intercepte mais de um bioma, simultaneamente; intervenções em unidades de conservação de proteção integral; e situações não supracitadas mediante parecer técnico fundamentado da FEPAM, que caracterizem significativo impacto ambiental.

Em caso de alterações em linhas que já estão na LO de Sistema de Transmissão vigente e que ocorram fora dos limites da respectiva faixa de servidão e de ampliação de área útil de subestação (SE), de Central de Armazenamento Temporário de resíduos classe I (perigosos) e de Depósito de Equipamentos, além de empreendimentos que já estão com LI emitida e necessitem de alterações fora da faixa de servidão, as modificações deverão ser licenciadas por Licença Prévia e de Instalação de Alteração (LPIA). No caso de nova SE, nova linha com extensão menor que 10 km, de nova Central de Armazenamento Temporário de resíduos classe I e de novo Depósito de Equipamentos, o licenciamento se dará por meio de uma Licença Prévia e de Instalação (LPI). Para a atualização de informações nas licenças supracitadas é solicitada uma Atualização de Documento Licenciatório (ATULIC), em casos que a alteração ultrapassar os limites da faixa de servidão, mas estiver dentro dos limites da Área de Influência Direta (AID). Quando a alteração estiver dentro dos limites da servidão aprovada pela LP, poderá ser solicitado um ajuste junto à LI, enquanto nos casos em que a alteração ultrapassar os limites da AID, deverá ser solicitada uma Licença Prévia para Alteração (LPA). Outra modalidade de licenciamento refere-se à Autorização Geral (AUTGER), que poderá ser concedida nos seguintes casos: desvio temporário de trecho de LD com LO vigente, fora do limite da faixa de servidão e instalação de módulos de entrada em área útil licenciada de SE, onde haja necessidade de terraplanagem, corte, supressão ou transplante de vegetação nativa, alteração locacional de estruturas com LO vigente, dentro da faixa de servidão, que envolva ao menos uma das atividades citadas para o caso anterior e construção em Área de Proteção Permanente (APP) e área de sensibilidade para a fauna, obras de contenção, manutenção ou proteção de taludes e encostas para segurança das estruturas com LO vigente que exijam intervenção em APP, substituição ou instalação de transformador ou equipamento com óleo acima de 500 litros, sem aumentar a área útil da SE em operação, e recondutoramento, recapacitação, reisolamento ou instalação de segundo circuito de LD, que necessite de implantação de novas estruturas, desde que não altere os limites da servidão. Para a Licença de Operação (LO), o primeiro período operativo da nova LD (5 anos) deverá ser licenciado através de LO própria e após esse período, a LD deverá integrar um Sistema de Transmissão. Importante mencionar que há dispensa de licenciamento para serviços de manutenção e modernização de LDs em operação, em casos de alteamento de cabos, instalação de cabos de transmissão de dados, reabilitação de estruturas e alteração locacional de estruturas na faixa de servidão. Ou seja, há algumas diferenças relevantes e algumas variantes para o licenciamento de empreendimentos de energia, considerando os âmbitos federal e estadual.

Considerando as três fases do licenciamento (LP, LI e LO e suas variantes estaduais), há interfaces com os setores de engenharia, fundiário e relacionamento com o Poder Público em todas elas, mas de maneiras distintas. Na fase de LP, são avaliadas as viabilidades territoriais (ações do fundiário com os proprietários e ações de relacionamento com o Poder Público com a prefeitura municipal), além de aspectos relacionados aos meios físico, biótico e socioeconômico, que podem levar a sugestões de alterações de locação de subestações e de parte dos traçados das linhas. Na fase de LI, a interface ambiental é maior com as áreas de engenharia e fundiário, para dirimir eventuais dúvidas sobre o memorial descritivo da obra e status das negociações fundiárias com os proprietários. Na fase da LO, a interface ambiental está relacionada

a sugestões de manutenção e operação ambientalmente adequada do empreendimento, envolvendo as áreas de manutenção da empresa.

## 2.2. *Etapas Internas do Licenciamento Ambiental na RGE*

Em etapa prévia e concomitante às fases oficiais de licenciamento ambiental, que foram abordadas no subitem anterior, são realizadas algumas atividades complementares ao licenciamento ambiental, que enriquecem o processo e dão maior segurança para a tomada de decisões.

Uma dessas atividades é a elaboração de um estudo de viabilidade ambiental, nomeado internamente de Relatório Ambiental de Viabilidade Técnica (RAVT). No RAVT, os setores de engenharia e fundiário enviam ao setor de meio ambiente, áreas sugeridas para implantação de subestação e alternativas de traçados de linhas para uma avaliação ambiental preliminar baseada em critérios pré-definidos (multicritério). Nesta avaliação são indicados possíveis entraves ao licenciamento ambiental. Para o estudo inicial são utilizadas ferramentas de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) para o cruzamento e análise das informações, utilizando dados fornecidos por órgão oficiais. Para a viabilidade ambiental prévia são considerados os seguintes critérios: Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade, Espeleologia, Reserva da Biosfera, Sítios da Aliança Brasileira para a Extinção Zero (BAZE), Sítios RAMSAR (zonas úmidas), Geosítios, Sítios Paleontológicos, Sítios Arqueológicos, Terras indígenas, Comunidades Quilombolas, Áreas Prioritárias para aves migratórias, Processos Minerários, Assentamentos Rurais, Unidades de Conservação de Proteção Integral, Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Zoneamentos Ambientais Estaduais e Federais. Além desses critérios, também é avaliada a viabilidade local em vistoria de campo, considerando os seguintes aspectos: interferência em comunidades, tipo de vegetação, área de preservação permanente (APP), topografia, entre outros. São atribuídas notas para cada um dos critérios avaliados, considerando uma nota única para todos os critérios da viabilidade ambiental prévia e uma nota para cada um os critérios da viabilidade local. A viabilidade final utiliza como base o critério que obteve a pior nota, considerando uma escala de viabilidade mínima a muita alta. Após a avaliação de cada uma das áreas ou traçados é feito um comparativo direto, indicando a área mais viável ambientalmente. Após a definição da área ou traçado pelo setor de engenharia e elaboração dos projetos, são realizados estudos ambientais mais aprofundados na fase de licença prévia (LP) ou licença prévia e de instalação (LPI) do empreendimento. Essa análise prévia é utilizada como uma ferramenta de decisão para a compra de terrenos pelo setor fundiário da empresa e como parte de um mapeamento ambiental inicial da área para a elaboração do projeto pela engenharia, uma vez que são consideradas a topografia, as áreas úmidas, os recursos hídricos e respectivas APPs e a vegetação da área, além das possíveis interferências em comunidades e áreas legalmente protegidas, que são critérios mais impeditivos para a implantação do empreendimento na área. A elaboração desse relatório é uma boa prática, executada antes das etapas de licenciamento ambiental, que permite a tomada de decisões mais assertivas em relação à escolha da área com maior viabilidade técnica e ambiental, envolvendo diversas áreas da empresa.

Outra atividade interna realizada são as reuniões semanais de acompanhamento do licenciamento de subestações e linhas de distribuição, com participação dos engenheiros responsáveis pelos projetos e a equipe do fundiário. Nessas reuniões há uma avaliação do processo como um todo para cada um dos empreendimentos, elencando as etapas e documentos necessários para o encaminhamento do processo de licenciamento ambiental, considerando a data da contratação para o início da obra. Também são apontados os empreendimentos prioritários e os entraves de documentação e prazos em cada um dos casos. Essa atividade pode ser considerada como uma prática inovadora, uma vez que há uma antecipação de cenários para cada uma das obras, o que torna o processo de licenciamento mais eficiente, uma vez que permite que certas questões ambientais do licenciamento possam ser previstas.

Para os empreendimentos que já estão em fase de execução de obras, é realizado um acompanhamento de supervisão ambiental, considerando as condicionantes da respectiva licença e demais aspectos ambientais relevantes. São emitidos relatórios fotográficos e descritivos diários sempre que são observados desvios e não conformidades ambientais. Também é emitido um relatório mensal, informando o status do andamento civil da obra e o atendimento a cada uma das condicionantes da licença ambiental, além de um mapa iluminado, que aponta questões pendentes na execução da obra, como fundações, estruturas, lançamento de cabos, sinalizadores de avifauna, programa de recuperação de áreas degradadas (PRAD) e ordenamento de madeira. A partir desses registros é construído um plano de ação semanal, informando as pendências verificadas, os responsáveis na RGE, a ação a ser tomada e o prazo. Além do descritivo das informações é elaborado um material fotográfico, apontando as principais questões em cada uma das obras. Esse material é enviado aos gestores de obras da engenharia, que distribuem as ações entre os setores de obras e manutenção, e após as devidas atualizações, esse plano consolidado é enviado para a diretoria da empresa. Essa atividade também pode ser considerada uma boa prática, uma vez que há integração direta entre diversos setores da empresa, incluindo a diretoria. Através do apontamento das pendências e indicação de adequações, todos os envolvidos, das diferentes áreas da empresa, tomam conhecimento das questões, que servem como lições aprendidas para os envolvidos, que passam a antever e evitar situações que possam gerar pendências ambientais.

### *2.3. Comunicação entre os stakeholders internos*

Considerando os stakeholders internos da RGE, a equipe de meio ambiente comunica-se semanalmente com os setores de engenharia, fundiário e relacionamento com o Poder Público. Além das atividades já elencadas no item anterior (reuniões semanais de acompanhamento do licenciamento e elaboração do plano de ação), há um esforço de integração e entendimento entre as diferentes áreas. As interações são muito frequentes, com o intuito de minimizar ruídos de comunicação, principalmente os relacionados a alterações de projeto que são licenciáveis e que não são licenciáveis, início e paralisação de obras, regularização de atividades para atendimento das condicionantes ambientais, regularização e atualização de documentação para protocolo de diferentes modalidades de licenciamento ambiental, e grau de detalhamento e criticidade exigidos em cada uma das etapas do licenciamento.

Como são áreas muito diferentes entre si, a comunicação intersetorial sempre é precedida por uma apresentação mínima de um contexto, uma vez que há uma tendência de raciocínios mais lógicos nas áreas relacionadas à engenharia, mais sistêmicos na área de meio ambiente e mais relacionais na área de relacionamento com o Poder Público. A comunicação entre os setores deve considerar uma linguagem clara, concisa e direta e, em caso de utilização de termos técnicos, uma explicação para entendimento mútuo. Muitas vezes nessas interações há um condicionamento cultural de que o setor de meio ambiente é um setor separado da empresa. A longo prazo, todos os setores da empresa possuem um objetivo final em comum, que é levar energia com segurança e qualidade aos seus clientes, cumprindo o plano de investimentos. A partir de interações mais frequentes e direcionadas é possível encaminhar ações motivadas pelo desejo de contribuir, cada um com suas especificidades, para a operação de novos empreendimentos e melhoria nos já existentes.

### *2.4. Comunicação com os stakeholders externos*

Considerando alguns stakeholders externos, que possuem maior interação com o setor de meio ambiente, a comunicação principal é realizada com a FEPAM, a SEMA, o poder público e a comunidade.

As interações com a FEPAM e a SEMA estão relacionadas a reuniões a cada dois meses para a apresentação de prioridades de empreendimentos nas diferentes fases de licenciamento, a partir de reuniões e cronogramas consolidados com a engenharia e o setor de relacionamento com o poder público. Também são realizadas reuniões para esclarecimento de dúvidas de enquadramento e licenciamento, vistorias em áreas para emissão de LP, em obras com LI, LPI e LPIA, em empreendimentos já implantados, com vistas à obtenção da LO, e em empreendimentos em operação.

Nos últimos anos, as interações com o órgão ambiental também se relacionaram com propostas de atualização da legislação de licenciamento ambiental para empreendimentos de energia, o que se consolidou em 2024, com a atualização da Portaria FEPAM no 86/2018, a partir da publicação da Portaria no FEPAM 449/2024. Também ocorreram outras atualizações de legislações pertinentes ao setor e a publicação de portarias relacionadas ao cenário de inundações, conforme mencionado no item 2.1.

As interações com a comunidade estão mais associadas à fase de implantação dos empreendimentos, com a realização de programas de Comunicação Social, Educação Ambiental e Ações de Sustentabilidade. Considerando também outros setores da RGE, a comunicação também está relacionada à negociação fundiária, que embora não seja diretamente executada pelo setor de meio ambiente, é acompanhada pelo órgão ambiental, a partir de solicitações de execução de programas ambientais e complementações de documentações de licenciamento ambiental, uma vez que o meio socioeconômico também é um dos temas abordados dentro das condicionantes ambientais.

Outra ação relevante que possui interface com a comunidade são as atividades de Reposição Florestal Obrigatória (RFO). As compensações ambientais das obras de expansão da empresa são realizadas através de projetos inovadores e de maior relevância ambiental, se comparado as práticas comuns (plantio de árvores). As compensações apoiam projetos sociais de pequenos agricultores e garantem a perpetuidade de áreas com relevância ambiental (BINDO *et al.*, 2023). Foram apoiados diversos projetos socioambientais, desenvolvidos por diferentes entidades, entre eles podem ser citados:

- Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG/RS) com o projeto intitulado “Conservação dos Biomas”;
- Associação de Estudos e Projetos com Povos Indígenas e Minoritários (AEPIM), com o projeto intitulado “Reflorestamento, Viveirismo Comunitário e Agricultura Indígena em Aldeias Mbya Guarani do Território Litoral Norte do RS.”;
- Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), com o projeto intitulado “Projeto de Ampliação das Estratégias e Ações de Conservação e Uso da Água e da Sociobiodiversidade em Propriedades de Agricultores Familiares das Regiões Norte e Nordeste do RS.”.

## 2.5. *Melhorias contínuas no processo*

O licenciamento ambiental e o setor de meio ambiente estão envolvidos em diversas etapas e setores da RGE, conforme mencionado nos itens anteriores. Levando em conta as atividades já mencionadas, a empresa preza por processos de melhorias contínuas e algumas delas estão relacionadas às interfaces do meio ambiente com outros setores.

Considerando os setores de engenharia e fundiário, o setor de meio ambiente, além de encaminhar os estudos ambientais de viabilidade técnica, também tem participado da definição e tomada de decisão quanto aos terrenos e áreas mais adequadas ambientalmente para a construção de novos empreendimentos e ampliação dos existentes. Também tem realizado vistorias conjuntas com o setor de engenharia nos empreendimentos que estão em implantação e prestes a entrar em operação, para verificar o andamento



e finalização das atividades e sugerir e apontar melhorias considerando aspectos ambientais, civis e de vizinhança.

O licenciamento ambiental, além de cumprir diretamente seu papel já estabelecido, auxilia no controle e gestão de atividades durante a implantação e operação dos empreendimentos, na sugestão de cronograma de algumas manutenções periódicas e no aprimoramento de determinados aspectos civis e ambientais, como contenção de processos erosivos, acompanhamento da estabilização de taludes, drenagem pluvial, acondicionamento e destinação de resíduos e efluentes, entre outros.

Conforme mencionado, o setor de meio ambiente também tem assumido uma postura propositiva no sentido de propor melhorias nas legislações estaduais pertinentes ao tema, incluindo possíveis adequações em determinados processos, que possuem menor complexidade ambiental e civil.

### **3. Conclusão**

Nas diferentes etapas do licenciamento ambiental, além de aspectos puramente ambientais, também são verificados aspectos civis, de segurança e de vizinhança, considerando a obra e os empreendimentos em todos os seus aspectos. Não se pode negar que há um impacto do processo de licenciamento ambiental na implantação de empreendimentos de energia no Rio Grande do Sul, principalmente em relação à comunicação intersetorial e aos prazos para a emissão de licenças ambientais, além da complexidade do licenciamento ambiental no estado. Por outro lado, considerando a interdisciplinaridade da área de meio ambiente, o setor é um facilitador quando se considera o processo como um todo, apontando previamente áreas com maior viabilidade técnica e ambiental para a implantação de empreendimentos e antecipando a solicitação de documentação para outros setores para o protocolo e solicitação de licenças ambientais. A área de licenciamento também propõe priorizações de processos com a FEPAM e a SEMA, verifica desvios e não conformidades, garantindo o atendimento das condicionantes e acompanhando o andamento da obra, além de ser propositiva quanto a melhorias na legislação e simplificação dos processos ambientais. Além disso, a identificação de problemas ambientais, em alguns casos, acaba se tornando um alerta para complicações que possam ocorrer na estrutura dos empreendimentos, como processos erosivos expressivos no entorno, por exemplo. Aliado a isso, há boas práticas e inovações quanto à tomada de decisões mais assertivas, antecipação de cenários, processos de licenciamento ambiental mais eficientes e maior integração entre os setores.

### **4. Referências bibliográficas**

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico MCPSE. Revisão 2. Anexo à Resolução Normativa nº 674/2015, de 11 de agosto de 2015. Disponível em: Página 82 do Diário Oficial da União - Seção 1, número 157, de 18/08/2015 - Imprensa Nacional. Acesso em: 13 de jan. de 2025.

BINDO, G., B.; LEITE, M., P.; KEHL, E.; PASSOS, A., C.; VIEGAS, D. Projetos socioambientais vinculados a reposição florestal obrigatória desenvolvidos no estado do Rio Grande do Sul pela RGE SUL. XXIV Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica – SENDI. Vitória. ES. 08 de novembro de 2023.

FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler. Quem Somos. Disponível em: Quem somos - FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental. Acesso em: 13 de jan. de 2025.

FOGLIATTI, M. C; FILIPPO, S.; GOUDARD, B. Avaliação dos Impactos Ambientais: Aplicação aos Sistemas de Transportes. Rio de Janeiro,RJ Ed. Interciência, 2004, 249 p.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Sistema Informatizado de Licenciamento ambiental Federal. EIAs –Relatórios – Monitoramento disponíveis. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/licenciamento/>>. Acesso em: 03 dez. 2013.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Licenciamento Ambiental. Disponível em: < Licenciamento ambiental — Ibama ([www.gov.br](http://www.gov.br))>. Acesso em: 13 jan 2025.

RGE – Rio Grande Energia. Grupo CPFL. Unidades de Negócio. Disponível em: RGE | Grupo CPFL. Acesso em: 13 de jan. de 2025.